

do por um luso-tropicalismo decididamente polissémico suscita, de facto, a questão da perpetuação de «uma imagem mítica da identidade cultural portuguesa» (p. 14), a «hiperidentidade» a que Eduardo Lourenço faz referência na citação que abre a introdução (p. 13) e com que a obra se encerra (p. 140).

Como recorda a autora, citando um excerto do capítulo que Marc Ferro consagra, de forma interrogativa, à «excepção portuguesa» na sua *Histoire des décolonisations*, «é frequente os mitos disporem de uma força maior de verdade do que o real». O luso-tropicalismo é um desses mitos polimórficos e ambivalentes que irrigam o imaginário português. Como qualquer outro mito, o luso-tropicalismo revela-se simultaneamente ficção, sistema explicativo e mensagem mobilizadora. É essencial tentar descodificar os mecanismos, como é essencial haver historiadores que contribuam com a sua quota-parte para este empreendimento. Penetrar com audácia no que o historiador Raoul Girardet chamava «labirinto desconcertante da realidade mítica»¹, mostrando assim até que ponto a história das ideias políticas não tem qualquer motivo para rejeitar o imaginário político, não é, por certo, um dos méritos menores da obra de Cláudia Castelo.

YVES LÉONARD

Lu Ning, The Dynamics of Foreign-Policy Decisionmaking in China, Boulder, Co., EUA, Westview Press, 1997, 215 páginas.

São raríssimos os estudos sobre a forma como funcionam, interagem e se relacionam as várias estruturas e agentes que constituem o sistema de formulação e execução da política externa chinesa. Na realidade, contam-se pelos dedos os trabalhos sobre este tema, no que diz respeito ao período que decorre entre 1949 e meados do decénio de 1990. Por esta razão, é do maior interesse o trabalho de Lu Ning. Este ex-diplomata e antigo assessor de um dos vários vice-ministros dos Negócios Estrangeiros da China continental e correspondente do diário *The Business Times*, de Singapura, consegue neste óptimo livro revelar aos estudiosos da China, das relações internacionais e das políticas externas comparadas a complexidade e, simultaneamente, as particularidades do sistema de decisão nos domínios da formulação e execução da política dos assuntos exteriores do País do Meio (*Zhōngguó*).

O livro está dividido em sete capítulos distintos, mas complementares. Neste trabalho é abordada de uma forma sucinta, mas profunda, a estrutura de decisão da política externa chinesa. Segundo Lu, esta estrutura é constituída por quatro amplas subestruturas: os decisores centrais; os órgãos de consulta, coordenação e supervisão política; os órgãos de recomendação e execução de políticas,

¹ Raoul Girardet, *Mythes et mythologies politiques*, Paris, Éditions du Seuil, colecção «L'Univers historique», 1986, p. 18.

mormente conhecidos por burocracia; finalmente, os órgãos de informação e investigação.

A primeira destas subestruturas é presidida pelo dirigente supremo. Este é coadjuvado, por seu turno, por um ou dois colaboradores ou adjuntos em posições-chave, pela Comissão Política Permanente e pelo Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Chinês (PCC). Segundo o autor, a política externa é uma das esferas onde o dirigente supremo exerce de facto vastos poderes. Os assuntos de guerra e paz são normalmente submetidos à ratificação da Comissão Política Permanente do PCC, enquanto um dos seus membros efectivos tutela o pelouro da política externa. Estas funções foram exercidas por dirigentes de grande prestígio, como Zhou Enlai, entre 1949 e 1958, o marechal Chen Yi, entre 1958 e 1967, o marechal Li Xiannian, entre 1977 e 1987, e, posteriormente, por Li Peng, primeiro-ministro.

Os principais órgãos de consulta, coordenação e supervisão política são o grupo restrito central de política externa do Comité Central do Partido Comunista Chinês e o Gabinete dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado. O primeiro é uma comissão *ad hoc* que coordena a título permanente a política externa chinesa no que respeita às instituições do Partido e do Estado ao mais alto nível. Os principais dirigentes do Partido e do Estado com responsabilidade pela política externa têm assento neste órgão. Por seu turno, o

Gabinete dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado é o órgão de coordenação interministerial a nível do Estado.

A burocracia é a terceira grande subestrutura. Esta é composta pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo Ministério do Comércio Externo e Cooperação Económica e pelo Departamento de Relações Internacionais do Secretariado do Comité Central do PCC. Em relação à primeira instituição, apresenta uma resenha da sua evolução histórico-política, da sua base político-sociológica e das divisões políticas internas, que classifica como sendo uma cultura política de facciosismo. O Ministério do Comércio Externo é abordado muito ligeiramente, constituindo um dos pontos fracos deste estudo. Quanto ao Departamento de Relações Internacionais do Secretariado do Comité Central PCC, o autor advoga que o seu papel tem vindo a diluir-se. O declínio de regimes comunistas a nível internacional e a maior ênfase dada por parte do regime chinês à condução da política externa na vertente do Estado são apontados como as duas principais causas para esta situação.

A quarta subestrutura dedica-se à recolha de informações e à investigação. Esta é constituída pela agência noticiosa Nova China (*Xinhua she*), pelo Estado-Maior-General do Exército Popular de Libertação (EPL) e por várias instituições académicas. A *Xinhua she* recolhe e divulga uma resenha diária de notícias do estrangeiro que é distribuída entre os principais

decisores políticos e órgãos burocráticos que tratam de assuntos externos.

Por sua vez, o Estado-Maior-General do EPL dedica-se à escuta de sinais e ao visionamento de imagens, da responsabilidade da 3.^a Repartição, à análise de informações nos domínios estratégicos e militares e operações de agentes de informações, da jurisdição da 2.^a Repartição, e à venda de excedentes de armamento militar chinês no estrangeiro, da incumbência do Directório de Equipamento. O papel do EPL tem vindo, porém, a crescer no domínio das relações externas desde a abertura ao mundo do regime de Deng Xiaoping. O comissariado político do EPL tem desempenhado um papel na política externa em relação à Formosa/Taiwan e aos países vizinhos. Por sua vez, a marinha de guerra do EPL tem-se envolvido, acidentalmente, em conflitos com ramificações externas, como, por exemplo, o incidente entre as marinhas de guerra da China continental e da Coreia do Sul de 1983 e o conflito naval sino-vietnamita de 1988. Enquanto a Comissão para a Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa Nacional é o principal órgão responsável pela importação de tecnologia de índole militar.

Lu Ning debruça-se também sobre as repercussões das instituições de investigação académica na área da política externa. Na sua opinião, o papel das instituições académicas na área da política externa é muito restrito. Lu atribui, em parte, o proble-

ma às tradicionalmente difíceis relações entre a direcção do Partido Comunista Chinês e os intelectuais e à desconfiança generalizada com que o PCC encara o mundo académico. Porém, no âmbito deste restrito contexto, as instituições académicas adstritas às burocracias do governo, do Partido e das forças armadas jogam um papel mais importante na formulação e concepção de política externa do que a Academia Chinesa de Ciências Sociais. Assim, o Instituto de Estudos Internacionais é o principal órgão de investigação académica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas é a principal repartição de pesquisa do Ministério da Segurança do Estado, enquanto o Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais é a principal instituição de investigação académica das forças armadas chinesas. A Academia Chinesa de Ciências Sociais, que integra vários institutos e centros de investigação científica, é tida como um bastião de «liberais» e os seus investigadores são encarados com muita desconfiança pelos principais decisores políticos e burocráticos, especialmente após a chacina de Tiananmen, de Junho de 1989.

Relativamente às dinâmicas de interacção nas eras de Mao e Deng, os contextos políticos são bem diferentes. Na era de Mao, as decisões estavam centralizadas no «grande timoneiro» e o principal objectivo eram os assuntos de segurança nacional, em grande parte motivado

pelo isolamento internacional do próprio regime de Pequim. A primazia dos factores políticos sobre os económicos era a grande linha de orientação durante aquele período. Porém, desde a era de Deng Xiaoping o poder de decisão é partilhado e algo descentralizado e o objectivo primordial é o fomento económico, a modernização da China e a integração do país no sistema mundial. Esta situação tem levado à descentralização do centro das decisões à custa da liderança central, a favor das burocracias centrais e especializadas, das sociedades comerciais e dos governos provinciais. Por seu turno, o Departamento de Relações Internacionais do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Chinês, que detinha no passado grande influência no âmbito da política externa, perdeu o seu poder na sequência do desaparecimento dos partidos comunistas a nível internacional. Por outro lado, a liderança mudou de uma geração de políticos revolucionários para uma geração de políticos tecnocratas.

Finalmente, Lu Ning tenta avaliar a validade de várias teorias ocidentais sobre políticas externas comparadas, a China e a prática chinesa. Neste assunto, o autor é bem claro, as escolas dominantes — a clássica e a institucional — não se coadunam com a

realidade chinesa. A primeira, de origem historicista, tende a pôr demasiada ênfase no sinocentrismo e na imobilidade da política externa chinesa. Por sua vez, a segunda, imbuída profundamente de conceitos da revolução *behaviourist* no campo das ciências sociais, centra-se nos modelos de processos de organização (*organizational process*) e na política burocrática (*bureaucratic politics*). Todavia, esta escola só captura imagens parciais do complexo sistema de decisões da política externa chinesa, e não uma visão geral. O trabalho de Lu Ning visa colmatar esta situação.

Embora as referências a Macau e Hong-Kong sejam mínimas e secundárias e o documento referente à orgânica do Gabinete do Conselho de Estado para os Assuntos de Hong-Kong e Macau seja do domínio público há muitos anos, este trabalho descreve em pormenor o complexo sistema de formulação e execução da política externa chinesa e define os grandes parâmetros que a orientaram desde 1949.

Em suma, recomenda-se a leitura deste excelente trabalho a todos os que pretendam conhecer um pouco melhor as estruturas que determinam e influenciam a formulação e execução da política externa chinesa.

MOISÉS SILVA FERNANDES